



**ATA 1951ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dezenove horas e
2 trinta e cinco minutos, realizou-se a milésima noningentésima quinquagésima
3 primeira reunião Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Psicologia de
4 São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes
5 23 (vinte e três) conselheiras/os, sendo estes/as efetivas/os e suplentes, a seguir
6 indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Camila Teodoro
7 Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva,
8 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Maria Rozineti Gonçalves, Regiane
9 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva,
10 Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim
11 Falleiros, Ed Otsuka, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno,
12 Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
13 Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Rodrigo Fernando Presotto e
14 Rodrigo Toledo. Estiveram presentes também as/os gestoras/es Mayara
15 Aparecida Bonora Freire da Subsede de Assis, Kleber Chaves Pereira, da
16 Subsede de São José do Rio Preto e Thaiga Danielle Saldanha Mombert, da
17 Subsede de Sorocaba. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1) *Justificativas de***
18 ***Ausência*** - Foram consideradas as justificativas de ausência das/os demais
19 conselheiras/os: Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin de
20 Araújo, Monalisa Muniz Nascimento, Beatriz Borges Brambilla, Edgar Rodrigues,
21 Ivana do Carmo Souza e Larissa Gomes Ornelas Pedott. **2) *Assembleia das***
22 ***Políticas, da Administração e das Finanças – APAF (Brasília, 17 e***
23 ***18/12/2016)*** - O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva comentou a
24 respeito da primeira Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças
25 - APAF realizada em Brasília, nos dias 17 de 18 de dezembro de 2016, em
26 Brasília. Informou que o ponto mais relevante foi a posse da nova gestão (2016-
27 2019) do Conselho Federal de Psicologia. Informou que o primeiro dia da APAF
28 foi presidido pelo, então presidente do CFP, Rogério Oliveira, o segundo dia, o
29 CRP SP presidiu a reunião e a secretaria foi feita pelo Conselho Regional de
30 Santa Catarina. Pondera que a quantidade de pontos que foram discutidos foi
31 bastante significativa, o que reduziu muito a pauta, mas ainda ficando diversos
32 pontos pendentes para a próxima reunião. Informou, ainda, que foram
33 constituídos novos grupos de trabalho e que os encaminhamentos dessa reunião
34 seriam encaminhados a todo o plenário nas próximas semanas. Acrescentou
35 que a atividade de transição da APAF foi tranquila, sem grandes turbulências e



36 lembrou que a próxima APAF será no mês de maio de 2017. A delegação do
37 CRP 06 na APAF foi composta por Monalisa Muniz Nascimento, Guilherme
38 Rodrigues Raggi Pereira, Clarice Pimentel Paulon, Aristeu Bertelli da Silva e
39 Vinicius Cesca de Lima, conforme deliberação de plenária anterior. **II)**
40 **APROVAÇÃO DA ATA DA 1944ª PLENÁRIA ORDINÁRIA** – Camila Teodoro
41 Godinho submete ao plenário a ata da 1944ª Plenária Ordinária para aprovação.
42 Comenta que a minuta foi encaminhada por e-mail ao plenário, para leitura e
43 considerações prévias e não foram recebidos comentários. **Encaminhamento:**
44 O plenário aprova a minuta da Ata 1944ª sem alterações. **III) DIRETRIZES**
45 **PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESTADUAL DESCENTRALIZADA -**
46 Vinicius Cesca de Lima, conselheiro tesoureiro recorda que se trata de um ponto
47 remanescente da plenária de novembro, e que já vinha se arrastando há mais
48 tempo. Entende ser importante que haja um momento para que o plenário possa
49 pactuar sobre regionalização e interiorização, ou seja, poder estabelecer
50 diretrizes de atuação ao longo desses três anos. Lembra que quando o ponto
51 foi proposto para a pauta da plenária, o documento orientativo foi encaminhado à
52 todas/os para que pudessem realizar a leitura antecipadamente. No entanto,
53 sugere que seja feita leitura nesta ocasião, e que as/os presente já possam fazer
54 destaques para o texto do documento. O documento caracteriza e define os
55 processos de descentralização, regionalização e interiorização. Traz que para
56 efetivar esses processos é necessário desconstruir duas ‘dicotomias históricas’:
57 a primeira sendo a que opõe ‘sede’ a ‘subsedes’ e a segunda é a que opõe o
58 ‘estadual’ ao ‘regional’. *“Uma política estadual descentralizada, regionalizada e*
59 *interiorizada é composta por ações que são sempre simultaneamente estaduais*
60 *e regionais, executadas por comissões e outras instâncias colegiadas ligadas à*
61 *sede e às subsedes do CRP. Para sua construção e execução, é necessário,*
62 *portanto, não apenas alinhar, mas unificar, as dimensões administrativa,*
63 *financeira e política no âmbito do CRP SP, mas por meio de uma unidade que*
64 *não suprima e sim valorize as suas diversidades regionais. Para isso, além da*
65 *própria plenária enquanto espaço de deliberação da política estadual e das*
66 *estratégias para sua descentralização, regionalização e interiorização, são*
67 *fundamentais espaços como os encontros de sede e subsedes e os fóruns de*
68 *gestores, assim como outras estratégias que possam vir a ser desenvolvidas.”.*
69 Considerações do Plenário: 1) Apesar de ser ter compreensão do processo, há
70 dúvidas com relação à função da sede e das subsedes. Assim, destaca-se que a
71 questão é mesmo no que diz respeito ao entendimento, pois há dificuldade em
72 compreender as descentralizações de todas as comissões, pois demandam a
73 apresentação de um projeto ao plenário, uma vez que não são ações apenas



74 regionais. Assim, se as subseções também passam a ser locais de discussão e
75 deliberação, é preciso atentar para o funcionamento da estrutura atual, pois a
76 grande estrutura está sede. 2) Com relação à autonomia, o documento diz que
77 “O plenário é a única instância do CRP SP dotada de autonomia , no sentido
78 pleno de “fazer sua própria lei” (auto - próprio e nomos - lei), de governar-se por
79 si mesma, de autodeterminação. Mesmo no caso do plenário, “autonomia”
80 precisa ser entendida de forma relativa pois é subordinada a instâncias às quais
81 se atribui capacidade deliberativa no Sistema, como é o Congresso Nacional da
82 Psicologia (CNP) e a Assembleia das políticas, da administração e das finanças
83 (APAF)”, entende-se que deve ser revisto, uma vez que, por exemplo, as
84 subseções tem autonomia na gestão financeira desde que sigam as instruções do
85 plenário. 3) Considera-se o aspecto da autonomia fundamental e é necessário
86 que se verifique de que modo pode ser melhor explicitado, para que fique mais
87 claro. 4) Regiane Aparecida Piva problematiza sobre a questão da
88 descentralização e interiorização das muitas ações para as regiões, ou seja,
89 subseções, que tem em muito aumentado suas atividades e atribuições com
90 ações antes realizadas em São Paulo, mas que não há junto com esse projeto
91 de interiorização e descentralização um estudo em rever a estrutura de
92 funcionários. Se as subseções vão assumir atividades que antes eram realizadas
93 na sede, considero importante reavaliar a estrutura. Já que sabemos ser inviável
94 a contratação, será preciso repensar os cargos alocados na sede. Solicita, ainda,
95 que as Comissões apresentassem ao plenário os projetos que envolvessem
96 ações em todo estado uma vez que apesar de envolver as realidades de cada
97 subseção, cabe ao plenário conhecer, contribuir e aprovar esse projeto. Dito isso,
98 como as ações de descentralização de pareceres da COE já estão acontecendo,
99 foi solicitado que fosse apresentado ao plenário para aprovação. Vinícius Cesca
100 de Lima, a respeito da autonomia, quando se fala da capacidade de auto-
101 determinação, a proposta é de entender a capacidade de atuar, firmando o
102 conceito. Reforça que nenhuma instância tem capacidade de decidir, ou seja, a
103 única instância autônoma é o plenário e mesmo essa autonomia é questionável,
104 pois se submete às outras duas instâncias citadas. Reforça que as subseções
105 não seguem um padrão e, por isso, há necessidade de um alinhamento para que
106 cada um execute as suas diretrizes dentro de uma mesma política, pontuando
107 que, por exemplo, a gestão financeira das subseções não é alinhada em relação
108 a vários aspectos, e há a necessidade do alinhamento, onde cada unidade
109 execute as diretrizes. Disse ainda que a autonomia orçamentaria das subseções é
110 limitada e está regulamentada pelo Regimento Interno. Sobre a necessidade de
111 apresentação do projeto, relata que toda ação desenvolvida é uma ação



112 estadual, ainda que seja também regional. Comenta ainda que, com relação à
113 estrutura da sede, embora seja de outra dimensão que não é o foco desta
114 discussão, há uma problemática que é de se superestimar a estrutura da sede.
115 Novas considerações do plenário: 1) Indica-se que não há como deliberar sobre
116 a estrutura neste momento, pois é algo que envolve todo o plenário e o
117 compromisso assumido é de descentralização. 2) Sugere-se a contratação de
118 estagiárias/os que possam ajudar na construção de um projeto piloto. E então,
119 cada conselheira/o de subsede poderia definir se realizaria ou não o projeto
120 piloto de descentralização, com base em suas realidades. 3) Pontua-se que a
121 regionalização é algo deliberado em Congresso da Psicologia, no entanto, só é
122 possível celeridade com esse processo, aumentando o quadro de funcionários,
123 ou seja, não há como neste momento. 4) Vem sendo feito diálogo com os
124 coordenadores das subseções e acompanhamento dos trabalhos, no tocante ao
125 modo como é feita a regionalização. 5) Indica-se que não há um projeto por
126 escrito da gestão anterior para a descentralização. 6) Ressalta-se que o
127 trabalho da Comissão de Ética é uma obrigação de plenário e, dessa forma,
128 fundamental à descentralização. Mas o critério para isso deverá ser a partir da
129 especificação de cada região, das diferentes demandas, colaboradores, entre
130 outros. Deve-se considerar as diferentes realidades. 7) Pede-se que seja feita
131 uma apresentação sucinta das dificuldades encontradas com relação às
132 solicitações do projeto de descentralização. Os projetos feitos durante a última
133 gestão foram apresentados e aprovados na plenária. 8) Apresenta-se a proposta
134 de constituição de um GT e, caso não haja consenso, será necessário
135 encaminhar a proposta para votação. 9) Com relação ao projeto piloto, na
136 subsede do grande ABC não se constituiu a função do estagiário. 10) Comenta-
137 se que este ponto está relacionado a descentralização da COE e, assim,
138 questiona-se se será possível discuti-lo melhor, pois ainda há dúvidas e
139 preocupações. Vinicius Cesca de Lima lamenta que a plenária tenha utilizado o
140 ponto para realizar outra discussão, especifica sobre a Comissão de Ética.
141 Explica que a questão de colocar esse ponto era esclarecer que, por exemplo,
142 não é atribuição de subsede realizar evento temático. Assim, tudo que foi
143 encaminhado de ações para as subseções está sendo consultado, pois é
144 importante que tenha alinhamento com o projeto da gestão e clareza sobre a
145 possibilidade de cumprir os processos. É a subsede quem pode trazer à tona a
146 sua capacidade, bem como as peculiaridades de seu território. Algumas regiões
147 propuseram ações incompatíveis com a construção que as instâncias temáticas
148 propuseram. Sobre a questão de discutir a descentralização da COE, informa
149 que deverá constar na pauta da plenária ordinária da próxima semana, pois já se



150 construiu grandes diretrizes de ação, e será o momento de finalizar o Plano de
151 Ação. O presidente Aristeu Bertelli da Silva ressalta que a discussão deste ponto
152 foi muito longa e era para ter discutido as diretrizes gerais para descentralização,
153 regionalização e interiorização. Desta forma, questiona aos presentes se há
154 alguma observação ou discordância quando ao texto apresentado. **Novas**
155 **considerações do plenário:** 1) Considera-se importante incluir o trabalho a ser
156 realizado pelo GT, por isso, indica-se a inclusão no texto. 2) Comentou-se sobre
157 a avaliação das condições de subsedes para fazer a descentralização e propôs-
158 se que não seja decidido ainda sobre o documento, pois se notou que da forma
159 como foi proposto não é consenso do grupo. 3) A forma de executar o processo
160 de descentralização é a mesma em todos os lugares, mesmo que respeitando as
161 peculiaridades. 4) É sugerido a todos que se organizassem no Fórum de
162 Gestores, o que pode ajudar a dar conta das discussões. 5) Pede-se que se
163 informe como será feita a finalização da pauta, pois entende-se que o
164 conselheiro tesoureiro tem conhecimento sobre o que foi feito para o Plano de
165 Ação e gostariam de colaborar com as diretrizes. Vinicius Cesca de Lima contou
166 que não teve experiência nesta gestão sobre o Encontro de Sede e Subsedes,
167 mas adiantou que propôs no Plano de Ação um banco de práticas para ter um
168 Fórum que sirva para registrar as trocas de experiências. Aristeu Bertelli da Silva
169 informou que há duas propostas na condução para as diretrizes. Destaca-se que
170 é importante definir se será ou não aprovado, pois isso implica a sequência de
171 ações. Aristeu Bertelli da Silva explica que o texto traz o que deverá ser feito e a
172 forma como será feito será definida depois. Vinicius Cesca de Lima acrescenta
173 que a definição impacta nos pontos de pauta seguintes, pois a proposta impacta
174 no mérito. Com a consideração do plenário de que não poderia fechar a questão
175 com dados abstratos e que com o avanço da discussão seria possível avaliar o
176 que necessitaria ser contemplado, o conselheiro presidente questionou ao
177 plenário se estava esclarecido sobre a questão e assim, poderia aprovar o texto.
178 Como não houve consenso, a questão foi colocada para votação
179 questionamento do plenário. Propõe-se, ainda, uma reunião entre a presidência
180 da Comissão de Ética e as/os coordenadores de subsedes para discutir e
181 pactuar a descentralização da COE. **Encaminhamento:** Com 09 votos contra
182 07, o texto não é aprovado da forma como está. O mesmo segue continua sob
183 responsabilidade do conselheiro tesoureiro, Vinicius Cesca de Lima, e o
184 conselheiro Reginaldo Branco da Silva, que se dispôs, o auxiliará. Pactuou-se
185 que as/os conselheiras/os terão até o dia 15 de fevereiro (três dias antes da
186 plenária de fevereiro) para encaminhar as contribuições. Acordou-se a reunião
187 entre Andrea Mataresi, presidenta da Comissão de Ética e as/os coordenadores



188 das subseções. Como a reunião deve ocorrer antes da plenária de fevereiro, a
189 data proposta de data acolhida foi no próximo dia 20/01. **IV) PROPOSTA DE**
190 **ORGANIZAÇÃO NUCLEAR PARA SUBSEÇÕES** – A conselheira Bruna Lavinas
191 Jardim Falleiros apresentou a proposta que construiu para a organização nuclear
192 para as subseções. Essa proposta se baseia na vivência da gestão anterior,
193 quando os grupos temáticos se propunham levar algumas demandas para as
194 regiões. Observou que havia um isolamento de alguns núcleos regionais.
195 Também, a demanda era grande e poucas pessoas participavam. Outras
196 dificuldades eram o acesso às demandas de psicólogos/os de municípios
197 afastados da subseção. Pontua que se considerando que as práticas de gestão e
198 organização interna devem estar pautadas nas perspectivas da Psicologia
199 defendidas pelo CRP SP, propõe utilizar a lógica de formulação de ações nas
200 políticas públicas e todo conhecimento desenvolvido a partir disso para ajudar a
201 pensar as estratégias e ações políticas. Pondera que para sair da lógica de
202 ações relacionadas às demandas por segmentos/temáticas, deve-se passar para
203 uma lógica baseada nas peculiaridades presentes nas relações territoriais.
204 Apresenta as bases conceituais de sua proposta: a) Qualquer política pública
205 que visa um ordenamento das ações do ente público e também dos particulares
206 deve ser considerada como algo participativo; b) No processo de construção das
207 políticas públicas, os atores precisam ser identificados e acionados de forma
208 ativa à participação, no caso, por exemplo: categoria, usuários, movimentos
209 sociais, gestores públicos; e, c) A implementação das políticas públicas deve ser
210 pensada a partir de necessidades emergentes no território. A leitura das relações
211 socioterritoriais preexistentes e a previsão de novos arranjos tornam-se
212 procedimentos básicos na formulação e implementação de políticas públicas
213 com perspectiva territorial e regional. Assim, propõe para a organização nuclear
214 nas subseções: a) Divisão da região de abrangência da subseção em
215 microrregiões, buscando respeitar a lógica preexistente do território; b) Buscar
216 garantir que cada microrregião tenha uma representante na Comissão Gestora
217 da Subseção, que faria a interlocução da gestão com a respectiva microrregião,
218 em especial com sua coordenadora; c) Cada microrregião teria uma
219 coordenadora, responsável por provocar/acompanhar as articulações no
220 território; d) As colaboradoras/ psicólogas se organizariam nesses grupos
221 microrregionais, de acordo com suas localidades de trabalho. d) Paralelamente,
222 as colaboradoras representariam a subseção nas instâncias temáticas estaduais,
223 trazendo as discussões para os coletivos e fazendo a interlocução com os
224 grupos microrregionais, de acordo com as demandas que surgirem, garantindo
225 ações integradas e transversalidade temática; e) Assim, aliado ao conceito de



226 território entra o de rede, que seria toda infraestrutura, informação, nós de
227 bifurcação e de comunicação das dinâmicas dos territórios microrregionais, dos
228 territórios regionais (Subsedes) e do território estadual (Sede); f) Nesse sentido,
229 se faz essencial garantir que as discussões das instâncias temáticas, ainda que
230 num primeiro momento não contem com representantes de todas as sedes,
231 estejam atentas a toda diversidade estadual. Apresenta um comparativo na
232 organização pela lógica do território e na organização pela lógica do
233 especialista/temática. Lembrou ainda que não há ainda coletivos fortes
234 estabelecidos e, assim, ações são propostas, mas não há retorno.
235 Considerações do Plenário: 1) Questionou-se se o que é proposta dialoga com o
236 que está sendo planejamento em termos de grupos temáticos. 2) Comentou-se
237 que há experiências de subsede diversas, tendo sido atraídos muitas/os
238 colaboradoras/es. Preocupa mudar algo que foi bem avaliado, sem que se
239 consiga definir como será este novo funcionamento. Pondera-se que não se
240 deve avaliar a qualidade do trabalho dos núcleos pelo fato de eles estarem
241 organizados por tema. Preocupa a possibilidade de que se afastem
242 colaboradoras/es. 3) Há manifestação de que da forma como foi apresentado já
243 traz uma diretriz de onde se quer chegar. Relembrou-se que quando a gestão
244 optou por realizar projetos integradores, houve um distanciamento das/os
245 colaboradoras/es e esvaziamento das participações. Assim, indica-se que se
246 pode manter o desenho atual, construído na última gestão, pois tem sido bem
247 sucedido. 4) Considera-se importante a ideia de partir da noção de território,
248 mas fica dúvidas no tocante ao direcionamento. Dessa forma, questiona-se se
249 esse tipo de direcionamento teria que extinguir os subnúcleos. Muitas pessoas
250 se aproximaram do CRP a partir da temática e seria importante manter esse
251 espaço, e pode ser articulado com a interdisciplinaridade. Traz-se assim a
252 dúvida de em que medida observar o território teria que trazer a decomposição
253 dos núcleos temáticos. Bruna Falleiros informou que na subsede de Vale do
254 Paraíba e Litoral Norte realizou mais atividades propostas pelo núcleo estadual,
255 do que pelo grupo da própria região. Dentro dos objetivos estratégicos havia
256 ações que dialogavam e tratavam das questões do território e, a partir desses
257 objetivos, conseguiram construir ações regionais. Pondera que é possível que o
258 primeiro ano tenha os esforços concentrados em conhecer a categoria da região,
259 chamar para construir junto e se aproximar. Ressalta que não apresentou uma
260 crítica ao que foi construído em gestões passadas, apenas uma reflexão sobre o
261 processo. E a questão que fica é se se deve discutir por temas ou territórios. De
262 modo a exemplificar, pontua que seria a escolha, na lógica do Pré-SUS, entre
263 construir um hospital de especialidade ou de atenção básica. Reforça que na



264 sua visão, não se deve pensar em aproximar colaboradoras/es e sim a categoria,
265 que pode contribuir muito. Mas, há muitas pessoas que são colaboradoras/es e
266 importantes para a gestão e não razão de não poderem continuar contribuindo.
267 Pensa que é importante à pessoa que está representando o CRP, que possa
268 falar também sobre outros temas. Vinicius Cesca de Lima concorda com a
269 proposta e com a avaliação. Pondera que esta gestão tem defendido outra lógica
270 de funcionamento, que é importante que se tenha clareza desse movimento, que
271 é de não fechar os temas. A subsede deve ter como foco o território e o tema
272 passa a ser secundário. A própria gestão anterior entendeu que o modelo por
273 temática gerou fragmentação. No último Congresso foi aprovada outra lógica.
274 Pontua que a proposta não suprime o debate por temas, mas tensiona os
275 caminhos pelos quais esses se darão. Assim, pondera que pode ser necessário
276 um momento transitório até que o território passe ser o foco. **Novas**
277 **considerações do plenário:** 1) O fundamental é garantir o papel que o plenário
278 tem frente ao CRP. Nessa lógica, os colaboradores deveriam ser colaboradores
279 de COE e COF. 2) Há manifestação de concordância quando a proposta
280 apresentada, que é algo que faz sentido no território. A transversalidade é viável,
281 tanto no que diz respeito à economicidade como pela qualidade. A participação
282 sempre é o desafio, como se alinha no território. 3) Pontua-se que a proposta, se
283 apresentada antes, teria contemplado várias ações. 4) Concorda-se que a
284 experiência dos núcleos nas subsede não foi exitosa. Ainda que se tenha que
285 abrir mão de alguns lugares e práticas, está-se de acordo. Bruna Falleiros
286 comenta que as pessoas que fazem as discussões não serão negligenciadas.
287 Irão agregar e ampliar as articulações. Haverá a dificuldade de colocar em
288 prática, mas tende a se tornar um processo ser natural. Explica ainda que as
289 microrregiões deverão se reportar ao seu representante naquela microrregião.
290 **Considerações do Plenário:** 1) Comentou-se que essa proposta deveria ter sido
291 discutida antes da definição da gestão. 2) Pondera-se que os núcleos temáticos
292 também são uma porta de entrada. Nesse sentido, apresenta-se que é possível
293 avaliar o alinhamento político, mas não se essas/es colaboradoras/es entrariam
294 por COE e COF, que seria algo que dever partir do interesse da/o
295 colaboradora/or. 3) compreende-se as posições colocadas e questiona-se se é
296 possível pensar em outro formato, considerando a realidade de outras subsedes.
297 4) Pondera-se que na prática as/os colaboradoras/es são pessoas que se
298 alinham a gestão, mas que inicialmente são atraídas por determinada temática.
299 5) Pontua-se que a outras possibilidades para atrair as/os colaboradoras/es e
300 que é possível colocar o interesse público acima do interesse individual. Bruna
301 Falleiros sugere que a discussão seja feita dentro das comissões gestoras, para



302 pensar em formas que contemplem a questão. Dessa forma, o conselheiro
303 presidente sugere que Bruna Falleiros seja responsável por construir um grupo
304 para pensar como operacionalizar essa questão, conforme aprovado em CNP e
305 proposta desta gestão, tendo uma data para a apresentação desse trabalho. A
306 conselheira pede que, então, as subsedes indiquem durante a próxima semana
307 quem da comissão gestora poderá compor esse grupo. Vinicius Cesca de Lima
308 questiona se pode incluir uma ação para construir a dinâmica, para garantir que
309 o trabalho ocorra. Encaminhamento: Será encaminhada às subsedes a
310 solicitação para que indiquem quem da Comissão Gestora representará a
311 subsede no grupo que será coordenado por Bruna Falleiros. O plenário aprova
312 também que seja incluída essa ação no Plano de Ação de 2017, garantindo
313 assim a sua execução. **V) ASSUNTOS PARA PRÓXIMA PLENÁRIA** – Como
314 não houve tempo hábil para discussão de todos os pontos de pauta desta
315 sessão plenária, o plenário acorda que os mesmos sejam repautados: 1)
316 Organização dos Coletivos Internos do CRP SP; 2) Recomposições de
317 Comissões Gestoras, Permanentes, Grupo de Trabalho e Coletivos Internos; 3)
318 Composição dos Núcleos; 4) Prêmio Arthur Bispo do Rosário; 5) Comissão de
319 Orientação e Fiscalização (COF) – Coaching e Psicologia; 6) Participação dos
320 Colaboradores em Reuniões de Núcleos e Comissões na Sede; 7) Avaliação do
321 Planejamento Estratégico; 8) Avaliação do Processo de Trabalho dos
322 Conselheiros; 9) Relatório da Reunião com Secretária Nacional de Promoção
323 dos Direitos Humanos; 10) Representações em Entidades / Órgãos de Controle
324 Social - Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Nada mais
325 havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão
326 às 23 horas e 30 minutos, da qual eu, conselheira secretária Camila Teodoro
327 Godinho, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os
328 presentes. São Paulo, treze de janeiro de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Camilla Teodoro Godinho

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Fábio Silvestre da Silva



Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Maria Rozinetti Gonçalves

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Ivani Francisco de Oliveira

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo